



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10882.720146/2008-14  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1302-001.562 – 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 22 de outubro de 2014  
**Matéria** PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
**Recorrente** FERTIBRAS S/A  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2002

**DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. DECLARAÇÃO RETIFICADORA. HOMOLOGAÇÃO. PRAZO.** O prazo para homologação da compensação requerida pelo sujeito passivo é de cinco anos, contado da data da entrega da declaração de compensação. Em havendo retificação, o termo inicial para a contagem do prazo é o dia da entrega da declaração retificadora.

**COMPENSAÇÃO. SALDO NEGATIVO DE IRPJ. IRRF. CÔMPUTO DAS RECEITAS FINANCEIRAS NO LUCRO REAL. PROVA.** O aproveitamento do imposto de renda retido na fonte, no momento da apuração do ajuste anual, é condicionado à prova de que as receitas a eles correspondentes foram incluídas na apuração do lucro real.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em negar provimento ao recurso voluntário, nos termos do relatório e voto proferidos pelo Relator.

(assinado digitalmente)

Alberto Pinto Souza Junior - Presidente.

(assinado digitalmente)

Guilherme Pollastri Gomes da Silva - Relator.

## Relatório

O presente processo se refere a pedido de compensação nº 07687.86456.250903.1.3.025277, apresentado em 25/09/2003, onde o contribuinte informou um crédito de R\$1.135.345,23 referente à saldo negativo de IRPJ do anocalendário de 2000, utilizando R\$ 727.650,84.

Mais tarde, em 16/09/2006, o contribuinte retificou a declaração de compensação original através da de nº 38531.32027.160906.0.7.024779 – fls. 3 e 4, alterando o montante do seu crédito de saldo negativo do anocalendário 2000 para R\$ 1.510.150,06 e o montante utilizado para a quitação de tributos federais para R\$ 483.328,36.

Posteriormente o contribuinte fez retificações parciais, que estavam aguardando tratamento manual, bem como novas declarações de compensação louvando-se do mesmo direito crédito (fl. 95).

Em 4/11/2010, através do Despacho Decisório DRF/POA nº 2.127 (fls. 137 a 140), a autoridade administrativa não reconheceu o direito creditório alegado pelo contribuinte e não homologou as compensações propostas.

A motivação da recusa foi à constatação de que o contribuinte apontou na sua DIPJ a íntegra do IRRF sem ter oferecido à tributação o total das receitas que deram ensejo às referidas retenções.

Segundo o ato administrativo de fls.138 e 139 (itens 09 a 12), só foram declaradas 78,79% das receitas e por esse motivo, a autoridade administrativa aplicou este mesmo percentual ao IRRF (item 14– fl. 139) e assim o contribuinte não teria saldo negativo, mas imposto a pagar.

Cientificado do Despacho Decisório em 06/12/2011, o contribuinte apresentou manifestação de inconformidade (fls. 192 a 204), tempestiva, em 04/01/2012, onde alega basicamente o seguinte:

- decadência do direito do Fisco de constituir o crédito tributário em seu favor, defendendo a constituição definitiva do crédito de saldo negativo do IRPJ.

- que no lançamento por homologação, cabe ao Fisco a revisão do lançamento no prazo de cinco anos “a partir do fato gerador ou, na pior hipótese, após cinco anos contados do primeiro dia útil do período seguinte”.

- alternativamente, alega a ilegalidade do ato administrativo, uma vez que e no dia 04/01/2012, os créditos de IRRF glosados foram confirmados pelos sistemas informatizados do Fisco.

A 1<sup>a</sup> Turma da DRJ/POA, através do acórdão nº 10-41.991, por unanimidade de votos, julgou improcedente a manifestação de inconformidade, conforme Ementa a seguir:

### ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL Anocalendário:2000

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 04/11/2014 por GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA, Assinado digitalmente em 04/11/2014 por GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA, Assinado digitalmente em 24/11/2014 por ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR

Impresso em 24/11/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

**PRAZO PARA A HOMOLOGAÇÃO DA COMPENSAÇÃO.  
RETIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.**

O Estado dispõe do prazo de cinco anos, contado da data da entrega da declaração de compensação, para homologar ou não a referida compensação. Caso retificada a declaração de compensação, o prazo passa a contar da data em que entregue a declaração retificadora.

Cientificado da decisão em 08/01/2013, o Contribuinte apresentou recurso voluntário, tempestivo, em 29/01/2013, reiterando os argumentos apresentados em sua impugnação e acrescentando os seguintes:

- que no item 11 do despacho decisório, afirma-se que o sistema Sief Dirf e os informes de rendimentos anual comprovam que a contribuinte auferiu, a título de IRRF, a quantia de R\$ 2.278.223,03.

- que no entanto, no item 12 o despacho aplica a proporcionalidade relativa ao montante de receitas financeiras informadas pela empresa na DIPJ, ficha 06, correspondente a 78,79% do total "efetivamente auferido" (s/c), reduzindo arbitrariamente nesse mesmo percentual o crédito, efetivamente recolhido por fontes pagadoras de rendas auferidas pela contribuinte. Isto é, a Fazenda recebeu das fontes pagadoras R\$ 2.278.223,03 e deferiu à contribuinte, agora, apenas R\$ 1.795.011,92.

- com isso se está outorgando à Fazenda enriquecimento injustificado, na medida em que o próprio despacho decisório declara que a quantia de R\$ 2.278.223,03 foi recolhida pelas fontes pagadoras.

- ademais, o despacho decisório não considerou o Ganho em mercado variável, informado na mesma Linha 21. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência. O rendimento que o Informe apresenta é o rendimento da aplicação calculado até o dia do resgate e portanto, é impossível que tenham o mesmo valor, a menos que a empresa faça todas as suas aplicação no dia 1º de janeiro e resgate em 31 dezembro.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Guilherme Pollastri Gomes da Silva Relator.

O recurso voluntário é tempestivo e preenche os demais requisitos de admissibilidade previstos no Decreto nº 70.235/72, razão porque dele conheço.

Entende a recorrente que o Fisco não poderia ter deixado de reconhecer o seu crédito, tacitamente homologado, em razão do decurso do prazo de mais de cinco anos entre o encerramento do ano-calendário cujo crédito a fiscalização pretendeu rever (2000) e a ciência do Despacho Decisório, que se deu durante o ano-calendário 2010.

Não assiste razão o Recorrente neste ponto. No presente processo o cerne do litígio não é a forma de lançamento e por isto não se aplica a regra do artigo 173 do CTN, nem o artigo 150, § 4º.

A compensação em matéria tributária é regida por disposições legais específicas e no que toca à matéria discutida, aplica-se o parágrafo 5º do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, *verbis*:

*Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de resarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. (Redação dada pela Lei nº 10.637, de 2002)*

[...]

*§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data da entrega da declaração de compensação. (Redação dada pela Lei nº 10.833, de 2003)*

[...]

Formalizada a compensação, deve o sujeito passivo comprovar de forma inequívoca a regularidade do direito invocado, cabendo ao Fisco verificar a consistência das informações necessárias para a homologação da compensação.

Portanto, somente a partir da formalização da compensação que há sentido em se falar do prazo para que a autoridade administrativa se pronuncie acerca do direito alegado. A legislação citada (art. 74 da Lei nº 9.430/96, com a redação da Lei nº 10.833/03), fixou de forma clara que o prazo máximo para a homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo é de cinco anos, contado da data da entrega da declaração de compensação.

No caso dos autos, a declaração original foi apresentada em 2003 e retificada em 2006, alterando-se o crédito e o débito compensados. Diante disso, o prazo de cinco anos Autenticado digitalmente em 04/11/2014 por GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA, Assinado digitalmente em 04/11/2014 por GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA, Assinado digitalmente em 24/11/2014 por ALBERTO PINTO SOUZA JUNIOR  
Impresso em 24/11/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

para a homologação da compensação passou a contar da data em que foi apresentada a declaração retificadora (art. 91 da IN/RFB nº 1.300/12). Ressalta-se que as instruções normativas antecedentes continham norma idêntica e assim não se verificou a decadência no caso dos autos.

O prazo estabelecido pelo parágrafo 5º, acima transscrito, se refere à homologação da compensação declarada. Em havendo alteração da declaração, é patente que a situação posta à apreciação da Autoridade Fazendária é diversa da original. A compensação a ser, ou não, homologada é aquela constante da declaração retificadora, devendo o prazo de cinco anos a ser contado a partir da entrega dessa nova (retificadora) declaração de compensação.

No mérito, a lide se resume à irresignação do Recorrente com o reconhecimento parcial do IRRF, de modo proporcional às receitas financeiras (que geraram as retenções) oferecidas à tributação naquele ano.

Não vislumbro qualquer ilegalidade no procedimento fiscal. A dedução do IRRF é condicionada à inclusão das receitas a ele inerentes na base de cálculo do IRPJ anual, portanto, a ilegalidade alegada não existe visto que a consideração do IRRF se deu na exata proporção em que o sujeito passivo computou as respectivas receitas na determinação do lucro real. Esse foi o raciocínio legal estampado no despacho decisório e na decisão da DRJ.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – Carf aprovou inclusive Súmula neste sentido, senão vejamos:

“Na apuração do IRPJ, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor do imposto de renda retido na fonte, desde que comprovada a retenção e o cômputo das receitas correspondentes na base de cálculo do imposto.”

Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Guilherme Pollastri Gomes da Silva Relator

CÓPIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 04/11/2014 por GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA, Assinado digitalmente  
em 04/11/2014 por GUILHERME POLLASTRI GOMES DA SILVA, Assinado digitalmente em 24/11/2014 por ALBER  
TO PINTO SOUZA JUNIOR

Impresso em 24/11/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA